



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 80.789.548/0001-00



## ASSESSORIA JURÍDICA

### PARECER

PARECER Nº. 013/2023

OBJETO: PROJETO DE LEI Nº 014/2023

EMENTA: "Dispõe sobre alterações na Lei nº 2519, de 26 de março de 2015, e dá outras providências".

#### I – RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, o qual tem por objetivo promover alterações na Lei nº 2519, de 26 de março de 2015, que reestrutura o Conselho Tutelar de Rio Negro/PR.

As alterações foram solicitadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, visando adequar a legislação municipal ao que foi abordado em reunião realizada com o Ministério Público e demais representantes dos municípios que fazem parte da Comarca (Quitandinha, Campo do Tenente e Piên), em 08 de março do corrente, conforme termo de audiência que acompanha a proposição, para alinhar os trabalhos voltados para a realização da eleição a ser realizada para os Conselheiros Tutelares dos Municípios.

#### II – ANÁLISE JURÍDICA

##### II.1 – DA COMPETÊNCIA

Quanto à competência para a iniciativa do referido Projeto de Lei, a Lei Orgânica do Município de Rio Negro<sup>1</sup>, em seu artigo 46, dispõe que:

**Art. 46** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao **Prefeito Municipal** e aos cidadãos que representem, pelo menos cinco por cento do eleitorado, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

##### II.2 – DO MÉRITO

<sup>1</sup>RIO NEGRO (Município). Lei Orgânica do Município de Rio Negro/PR. Rio Negro, PR, 05 dez. 2002. Disponível em <<https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-rio-negro-pr>>. Acesso em 06 mar. 2023.



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 80.789.548/0001-00



As alterações referem-se, inicialmente, à revogação do parágrafo 1º, do artigo 5, que possibilita até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores para a composição da Comissão Especial Eleitoral.

As demais alterações dispõem sobre a aplicação, regramento e requisitos relacionados à capacitação e avaliação a ser aplicada aos candidatos habilitados, inscritos para a participação do processo eleitoral ao cargo de Conselheiro(a) Tutelar.

Por fim, a proposição atualiza o endereço onde atualmente está sediado o Conselho Tutelar do Município de Rio Negro.

Isto posto, verifica-se que as alterações visam a adequação da legislação municipal ao disposto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, através da Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, que altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros dos Conselhos Tutelares.

Diante da análise da referida proposição, constata-se que o Projeto de Lei atende as disposições legais pertinentes, não existindo óbice quanto à constitucionalidade, ou ainda afronta à Lei Orgânica Municipal, ao Regimento Interno e a boa técnica legislativa, portanto o parecer é pela regular tramitação da proposta em tela.

## II.3 – DA LEI ORDINÁRIA E QUÓRUM DE VOTAÇÃO

A proposição trata-se de Lei Ordinária, razão pela qual exige para sua aprovação **maioria simples**, ou seja, maioria dos vereadores presentes na sessão, devendo para tanto estar presente maioria absoluta dos membros da Casa (5 vereadores (as)), conforme preceitua o artigo 43 da Lei Orgânica:

Art. 43 Salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara serão efetivadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Igualmente, dispõe o artigo 181, Regimento Interno:

Art. 181. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

## III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, com o objetivo de instruir preliminarmente o Projeto de Lei, do ponto de vista constitucional, jurídico e boa técnica legislativa, a Assessoria Jurídica, opina s.m.j, pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 014/2023.

Assim, a proposição poderá seguir a sua regular tramitação, para tanto, recomendo o encaminhamento para análise das Comissões de **Legislação, Justiça e Redação**, e de



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 80.789.548/0001-00

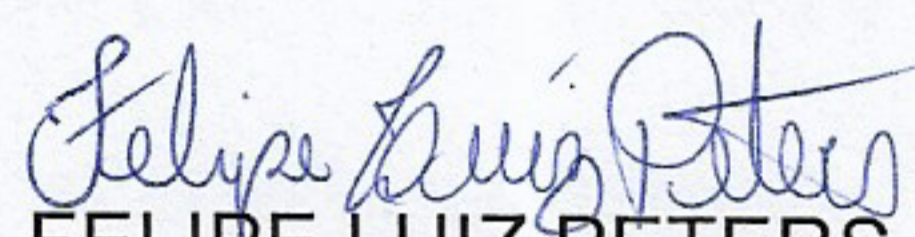


**Finanças e Orçamento.** Emitidos os pareceres, serão submetidas as demais fases da tramitação conforme dispõe o Regimento Interno.

A emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculativa, podendo ser utilizada ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Rio Negro – PR, 23 de março de 2023.

  
FELIPE LUIZ PETERS

Assessor Jurídico da Presidência  
OAB/PR 95.457

